



ISSN 1983-9685

www.revistahistoriar.com

A voz da primavera

As reivindicações do movimento ambientalista gaúcho (1971-1980)

*Elenita Malta Pereira**

Resumo

O artigo apresenta um histórico das reivindicações do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul, através das lutas da AGAPAN na década de 1970, relacionando sua origem com o ativismo contracultural da época. Busca também uma interação com o movimento em âmbito internacional, e com o surgimento de uma consciência ecológica no Brasil. O movimento ambientalista pode ser pensado como um novo movimento social, crítico do consumismo, propondo práticas cidadãs e uma convivência harmônica do homem com a natureza.

Palavras-chaves: Movimento ambientalista – novos movimentos sociais – história ambiental

Abstract

This article presents the historical demands of the environmental movement in Rio Grande do Sul, through AGAPAN fights in the 70's, linking its origin with the contracultural activism of the time. It also describes the interaction with the movement worldwide, and with the growing of the ecological awareness in Brazil. The environmental movement can be seen as a new social movement, critical of the excessive consumption, proposing citizens practices to provide a harmonic living of man with nature.

Key-words: Environmental movement – social movement news – environmental historical

O Movimento Ambientalista como um Novo Movimento Social

O Movimento Ambientalista surge num contexto histórico de mudança social e política. A Guerra Fria, a ameaça de guerra nuclear e as injustiças de desigualdade racial foram alguns dos fatores que geraram interesse público e protestos de massa nas décadas de 1950-1960. A percepção do crescimento econômico constante e da industrialização desenfreada, num ritmo “capitalista selvagem”, levou a uma frustração com os governos e à crença de que somente a ação direta poderia chamar a atenção para as questões importantes que não eram consideradas pelo *establishment* político dominante.

Além do ambientalismo¹, várias questões sociais e políticas mobilizaram massas da população, a maioria jovens, em protestos, criando assim um clima de ativismo público

* Licenciada em História pela UFRGS. Atualmente cursando o Bacharelado em História pela UFRGS.

intenso. Estudantes e trabalhadores negros lutaram pelos seus direitos, nos Estados Unidos, na década de 1950, o que incentivou posteriormente o movimento de direitos civis. O movimento contra a guerra, em particular a do Vietnã, também foi alvo de protesto estudantil.

O ano de 1968 é considerado o divisor de águas para os novos movimentos sociais, quando ocorreram importantes acontecimentos na França, Alemanha e Espanha. O Maio de 68 Francês é determinante para uma nova ordem cultural, o pós-modernismo. O ativismo estudantil questionava os valores políticos, sociais e culturais aceitos até então. A juventude da época estaria em busca de um “mundo ideal”, e a realidade do sistema político e econômico dominante era totalmente contrária a essa utopia.

O movimento de contracultura tinha ideais semelhantes aos do ambientalismo, ambos eram profundamente antiindustriais, condenavam o consumismo, os valores materiais, e questionavam a racionalidade de uma sociedade que utilizava a ciência para produzir armas capazes de terríveis atrocidades nas guerras e pesticidas que causavam danos ecológicos. Em vista disso, o ambientalismo deu expressão à contracultura, e o movimento *hippie* se apropriou da moral ambientalista, pregando que o retorno às áreas virgens e à natureza era o único caminho para o homem voltar as suas origens, manter sua ligação com a terra, com as “verdades essenciais”, num mundo materialista.

A desterritorialização da cultura, do modo de produção dominante (a expansão de multinacionais em vários países diferentes), aliada à internacionalização dos meios de comunicação, na segunda metade do século XX, leva a uma nova forma de configuração da sociedade, e uma nova concepção de movimento social. Surgem, assim, na década de 1960, os “novos movimentos sociais”, em cuja base está presente um pensamento crítico “construído a partir de uma insatisfação quanto às formas de opressão e autoritarismo, tanto do capitalismo quanto das tentativas para a sua superação - o socialismo real” (SCHERER-WARREN, KRISCHKE, 1987, p. 40). Os princípios que organizam esses novos movimentos são a democracia de base, a livre organização, a auto-gestão, o direito à diversidade, e o respeito à individualidade, herdados do anarquismo.

¹ Não é o objetivo deste artigo discutir o conceito de ambientalismo. Optei por usar o termo “movimento ambientalista”, ciente da diferença entre este e o “movimento ecologista”. Isabel Carvalho comenta a distinção proposta por Pádua (1997), de que o ambientalismo seria algo intermediário entre o conservacionismo (conhecer e preservar para o futuro) e o ecologismo (movimento que pregava mudanças econômicas e sociais). O ambientalismo proporia mudanças não tão radicais quanto o ecologismo, entretanto iria além do conservacionismo. Mesmo assim, a autora adverte que “essas demarcações não são estáveis” (CARVALHO, Isabel, 2001, p. 17).

No Brasil, os Novos Movimentos Sociais (NMS) surgem na década de 1970, com a retomada dos movimentos de bairro. São também exemplos as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, o novo sindicalismo urbano, o movimento feminista, o movimento ecológico, setores do movimento de jovens e outros.

Nos NMS, o ambiente de luta deixa de ser o sindicato, o partido, ou mesmo o chão-de-fábrica, e passa a ser a moradia, o bairro e seus dramas cotidianos. Para Vera da Silva Telles (1987), desde 1964, a partir do contexto repressor da ditadura militar, “a sociedade civil reaparece como tema da reflexão política e intelectual (...), como lugar da política, ou melhor, como alternativa política frente ao Estado” (TELLES, Vera da Silva, 1987, p. 60).

Além do lugar da luta, mudaram também os sujeitos sociais. Estes não mais se encaixavam na figura tradicional da classe operária. A diversidade dos atores sociais foi tida como negativa em princípio pelos estudiosos dos movimentos sociais, entretanto, em seguida essa heterogeneidade foi entendida como característica definidora de sua própria singularidade. Os interesses de luta eram mais amplos, iam além da questão sindical, chegando a discutir o papel do Estado além dos direitos políticos, remetendo aos direitos sociais dos cidadãos. Portanto, as reivindicações não eram apenas de uma classe, frutos da *experiência* de um determinado grupo social, e sim significavam a aglutinação de indivíduos de diferentes classes, crenças, raças, etc., em torno de um objetivo comum.

Nos anos 1960 os partidos políticos tradicionais (PSD, UDN, PTB), ou mesmo os pequenos partidos não conseguiam mais abrigar as tendências contraditórias que surgiam. Cláudia Wasserman pontua que “as lutas na esfera político-institucional perderam espaço para as disputas que envolviam setores da sociedade, como trabalhadores urbanos e rurais, soldados, estudantes e professores e, de outro lado, empresários, militares, representantes da Igreja” (WASSERMAN, 2004, p. 30-31). Surgiam, assim, no contexto obscuro e sectário da ditadura militar os NMS, como alternativa política de articulação da sociedade, reivindicando direitos básicos da cidadania, como a igualdade feminina, a resistência dos camponeses à expropriação de terras, a proteção da natureza, entre outros.

Augusto Carneiro, questionado se os militantes do movimento ambientalista tinham consciência de que faziam parte de um movimento social, diz que sim, e que além de social, era um movimento político:

(...) nós tínhamos consciência disso. Porque eu sempre fui político desde 1934, comecei a me interessar na hora em que os italianos invadiram a Abissínia, ou seja, a Etiópia, e eu tive incidentes políticos durante toda a minha vida. (...) Nós sabíamos, sim, eu e o Lutzenberger, nós sabíamos que éramos um movimento social. Talvez

alguns não soubessem, mas na nossa turma era bem adiantada, tá. Eles sabiam que era um movimento social, que era um movimento político.²

O Movimento Ambientalista em âmbito internacional

Somente muito depois da Revolução Industrial, com a era das descobertas científicas, quando os sinais de deterioração do ambiente se tornaram visíveis para grande parte das pessoas e não apenas para observadores atentos, as atitudes humanas em relação à natureza começaram a mudar. A consciência de que a situação do meio ambiente se agravava foi o motivo pelo qual os debates sobre as questões ambientais começaram a surgir na década de 1960. O livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962, pode ser considerado um primeiro marco, colaborando muito para o início do movimento ambientalista, pois denunciava os efeitos do DDT nas lavouras, pesticida cujo impacto ambiental era persistente.

Em setembro de 1968, foi realizada em Paris a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera. Esta conferência deu continuidade ao tema que já havia sido explorado na UNSCCUR, em 1949, da cooperação internacional em pesquisa ecológica. Dentre as questões debatidas na Conferência da Biosfera, estava o patamar crítico em que as mudanças no ambiente chegaram; as exigências da população dos países industrializados de correção das agressões ao meio; a compreensão de que a maneira como vinha sendo conduzido o desenvolvimento e o uso dos recursos naturais tinha que ser alterados, “de um desenvolvimento descuidado, para outro que considerasse a biosfera como um sistema, em que uma das partes pode afetar o todo” (McCORMICK, 1992, p. 98); a necessidade de um enfoque interdisciplinar para o uso dos recursos naturais, integrando ciências naturais, sociais e a tecnologia; a urgência de muitas novas pesquisas sobre os problemas da biosfera, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos menos desenvolvidos.

O Clube de Roma, um grupo de trinta pessoas – cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos de âmbito nacional e internacional – reunido em 1968 pelo empresário italiano Aurélio Peccei, em Roma, foi responsável por um dos relatórios de maior repercussão quanto aos problemas ambientais. O tom catastrofista do relatório, publicado em 1972 (MEADOWS, 1973) fez com que não fosse unanimemente

² ENTREVISTA Oral de Augusto Carneiro a Elenita Malta Pereira em 2005.

aceito, recebendo críticas de outros cientistas. Porém foi muito importante como alerta para o grande desequilíbrio entre desenvolvimento e preservação da natureza.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972, foi o primeiro grande acontecimento de discussões sobre o meio ambiente. Os encontros anteriores trataram a questão ambiental considerando seus aspectos científicos, eram reuniões de técnicos e pesquisadores da área. Já na Conferência de Estocolmo, pela primeira vez, o problema ambiental foi tratado em seus aspectos políticos, sociais e econômicos.

Um avanço importante foi a nova percepção que os países mais ricos tiveram sobre os menos desenvolvidos. As delegações dos países desenvolvidos foram para a Conferência determinados a discutir seus problemas ambientais, no entanto, foram levados pelos debates a assumir um compromisso sobre as prioridades dos países pobres além das suas próprias. O ponto de vista dos países menos favorecidos foi dominante a tal ponto que os ambientalistas ocidentais tiveram que encarar as questões ambientais dentro de uma perspectiva global (McCORMICK, 1992, p. 106).

Dentre as resoluções da Conferência, foi pensada uma nova ênfase para o meio ambiente humano: a proteção da natureza e conservação dos recursos naturais evoluiu para uma visão mais abrangente da utilização equivocada da biosfera pelos seres humanos. Estocolmo também forçou uma interação entre os pontos de vista dos países mais e menos desenvolvidos. Além disso, na Conferência foi criado o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP), que apesar das limitações, foi um resultado institucional possível naquele momento.

Outra contribuição importante do encontro foi o entendimento sobre as relações entre o ambiente e o desenvolvimento, de onde surgiu o conceito de um novo tipo de desenvolvimento: o ecodesenvolvimento. Este valorizaria o conhecimento das populações locais para a gestão do seu meio, em contraponto com os modelos homogêneos de até então.

Após Estocolmo, houve outras conferências na década de 1970, sobre temas variados. Em 1974, sobre população; em 1976, sobre habitat; em 1977, sobre educação ambiental; em 1981, sobre fontes alternativas de energia. A repercussão destas não foi tão forte quanto a primeira, porém as discussões avançaram. Tanto nos países mais desenvolvidos, quanto nos em desenvolvimento, muitos organismos ambientais foram criados, assim como Legislações sobre a área começaram a surgir.

Com o progresso dos debates, o conceito de ecodesenvolvimento foi substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável. O termo foi utilizado pela primeira vez num documento elaborado pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*, IUCN, em 1980. O desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades do presente sem afetar as gerações futuras, para que elas também possam ter acesso aos recursos que satisfarão suas necessidades.

Em 1983, Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra norueguesa, criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que publicou um relatório em 1987, o Relatório Brundtland, publicado em livro com o título *Nosso futuro comum*. O documento influenciou a realização da ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro.

Os debates da também chamada Rio-92 discutiram estratégias de ações que poderiam ser adotadas pelos países periféricos rumo a um desenvolvimento sustentável, além de temas como mudanças no clima mundial e diversidade biológica. O conteúdo das decisões foi oficializado na Agenda 21, documento gerado na Conferência, que, entretanto, devido às dificuldades das Nações de implementar as ações previstas, não tem sido mais que uma carta de boas intenções.

O encontro mais recente foi em Johannesburgo, na África do Sul, em 2002, chamado pela ONU de “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável”, também conhecido como Cúpula da Terra, ou Rio+10. Em relação aos anteriores, tem sido referido como um retrocesso, pois não houve avanços nas propostas discutidas na Rio-92, e o grande poluidor, os Estados Unidos, esquivou-se de firmar compromissos efetivos com os países subdesenvolvidos e em assumir responsabilidades pelos danos ambientais.

De relevância internacional também foi a assinatura do Protocolo de Kyoto, em 11 de dezembro de 2001. Numa reunião realizada na cidade japonesa de Kyoto em 1997, foi aprovado o documento chamado Protocolo de Kyoto, e que foi assinado decisivamente em 2001.

O Protocolo de Kyoto tem por objetivo que os países industrializados (com a exceção dos EUA que se recusam a participar do Acordo) reduzam (e controlem) até 2008-2012 as emissões de gases que causam o efeito estufa em aproximadamente 5% abaixo dos níveis registrados em 1990. A barreira principal à entrada em vigor do Protocolo encontrar-se em

conseguir um número suficiente de confirmações dos principais emissores de CO₂ visando o comprometimento dos responsáveis por pelo menos 55% das emissões globais.³

O fato de que os Estados Unidos, responsáveis por cerca de 30 por cento das emissões de gás carbônico no mundo, não assinaram o documento, reduz a eficácia do Acordo de Kyoto. Em nome do desenvolvimento das indústrias de um país, a natureza global é prejudicada. E, ironicamente, é o país que mais recursos financeiros possui para implementar ações de defesa ambiental.

O movimento ambientalista em nível internacional é estratégico. A partir dos debates em diferentes países, foi sendo construída uma consciência ecológica global. O esclarecimento da população é também a base do movimento no Brasil e no Rio Grande do Sul. A educação ambiental leva o cidadão a pensar local e agir globalmente, visando o desenvolvimento sustentável.

O Movimento Ambientalista no Brasil

O Brasil conhece a exploração de suas matas desde o ‘descobrimento’. Ao longo dos seus 500 anos, a Mata Atlântica foi desmatada em 97% pelos ciclos do açúcar, do café, pela industrialização e para a construção de estradas e vias urbanas. A Floresta Amazônica também já contabiliza enormes perdas de fauna e flora irreparáveis; espécies medicinais ainda não estudadas correm o risco de serem extintas, através de queimadas endêmicas e do desmatamento. Além da destruição vegetal, o país enfrenta a poluição das águas, do ar, e um crescimento urbano desordenado, com conseqüências sociais e ecológicas alarmantes.

Ainda no período colonial, em 1808, D. João VI criou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro; foi o primeiro sinal de atenção à natureza. José Bonifácio, tutor de D. Pedro I, fez um curso de História Natural em Portugal, e tinha preocupações com a preservação da natureza.

José Augusto Pádua (2002), no livro *Um Sopro de Destruição*, expõe os resultados de exaustiva pesquisa sobre a crítica ambiental brasileira nos séculos XVIII e XIX. Muito antes do que se poderia acreditar, já havia reflexão sobre o tema da destruição e seus laços com o sistema escravista. Pádua recupera textos de vários intelectuais da época, em que os autores – a maior parte formada em Direito na cidade de Coimbra ou em Lisboa – descreviam os abusos em relação ao ambiente como entraves ao desenvolvimento econômico do país.

³ O Protocolo de Kyoto. Disponível em: http://www.wwf.org.br/participe/minikioto_protocolo.htm . Consulta em: 31/10/2005.

Interessante ressaltar que não havia ainda uma conscientização ecológica; os intelectuais pesquisados por Pádua atribuíam valor ao mundo natural por sua importância econômica, não por algum sentimento de simpatia intrínseco pela natureza. Os recursos naturais eram percebidos como essenciais para o progresso futuro, portanto “a destruição e o desperdício dos mesmos eram considerados uma espécie de crime histórico, que deveria ser duramente combatido” (PÁDUA, 2002, p. 13).

Dentre os pensadores analisados no estudo, José Bonifácio recebe destaque, porque representa a crítica ambiental em estágio mais apurado, apesar de não inaugura-la. Segundo Pádua, Bonifácio “pode ser considerado fundador da crítica sistêmica da destruição ambiental no Brasil” (2002, p. 14).

A primeira entidade ambientalista brasileira foi a Sociedade dos Amigos das Árvores, fundada em 1931 pelo botânico Alberto Sampaio no Rio de Janeiro. E em 1948 foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, a FBCN, que tinha como objetivos “a criação e estabilização de parques, reservas, monumentos, com atenção especial para espécies raras ou ameaçadas de extinção; cooperação com governos e outras entidades nacionais e estrangeiras; estudos e pesquisas relativas à conservação dos recursos naturais; difusão dos conhecimentos conservacionistas” (BONES; HASSE, 2002, p. 16).

Entretanto ainda não havia uma preocupação ambiental no Brasil. Os mecanismos de normatização restringiam-se ao saneamento, a preservação do patrimônio natural, histórico e artístico.

Em 1956 surgiu a Associação de Defesa da Flora e da Fauna (ADEFLORA), criada para dar força a uma campanha de defesa das florestas do Pontal do Paranapanema. Um dos seus fundadores, Paulo Nogueira Neto, foi convidado a integrar o Conselho Florestal, ligado ao Governo de São Paulo. Formado em História Natural e em Direito, Nogueira Neto ajudou a preparar a legislação ambiental brasileira.

O Brasil esteve representado na Conferência de Estocolmo, em 1972, com uma delegação que considerava a proteção à Natureza um empecilho ao progresso. Os delegados, Costa Cavalcanti, Miguel Osório Almeida e José Candido Mello Carvalho, defenderam o direito às oportunidades de crescimento econômico a qualquer custo.

A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), implantada por Nogueira Neto em 1973, foi o primeiro órgão governamental importante de proteção à natureza, em âmbito nacional. Foi criada para discutir a questão ambiental, instigando a conscientização das pessoas, e para combater a poluição.

No Rio Grande do sul, em 1971 foi criada a Associação Gaúcha de Proteção à Natureza - AGAPAN, tendo como principais fundadores o Agrônomo José Lutzenberger, o Advogado Augusto Carneiro e o casal Juarez Romano-Hilda Zimmermann, entre outros. Citada por alguns autores como a principal entidade ambiental brasileira da década de 1970, a AGAPAN foi protagonista de diversas lutas pelo meio ambiente, algumas delas detalhadas nesta pesquisa.

De fato, o movimento ambientalista gaúcho foi muito forte e ativo. Alfredo Sirkis considera o episódio ocorrido em Porto Alegre, em 25 de fevereiro de 1975, no qual o jovem estudante Carlos Dayrell sobe numa árvore na Avenida João Pessoa, para impedir que seja derrubada para a construção do viaduto Imperatriz Leopoldina, como “marco inicial de um movimento eco-político” (SIRKIS, 1992, p. 217). No Brasil. Em plena ditadura militar, no governo Geisel, o ato do estudante foi significativo pela contestação ao desenvolvimentismo sem considerar as conseqüências para o ambiente. A não derrubada da árvore foi uma vitória que deu novo impulso ao movimento ambientalista.

Nos anos 1980-1990, o caráter do movimento muda. Os ecologistas adotaram duas estratégias: ou faziam *lobby*, ou se organizavam em torno de um partido. José Lutzenberger teve uma atuação representativa com *lobby*, aproximando-se de políticos de diferentes partidos. O *lobby* não implica a tomada de partido, pelo contrário, é a capacidade de influenciar quem dispõe de poder, independente de ideologia, ou afinidade partidária. Dessa maneira, Lutzenberger chegou a ser Secretário Especial de Meio Ambiente do governo Fernando Collor. Uma geração mais jovem de ecologistas preferiu a estratégia da organização popular, através da filiação em partidos, caso de alguns ativistas da AGAPAN, como Caio Lustosa, Giovanni Gregol e Gert Schinke, por exemplo.

Ecologistas ex-exilados criaram o Partido Verde, em 1986, no Rio de Janeiro, que surgiu devido aos limites do “verde em vários partidos”. Inicialmente filiados em partidos diferentes, os ecologistas perceberam que os poucos espaços que tinham, apenas em período eleitoral, não seriam suficientes para resolver os problemas ambientais.

O Partido abrigou vários anistiados, e elegeu, em 1988, Alfredo Sirkis como vereador mais votado da cidade do Rio de Janeiro. Foram eleitos também ecologistas de outros partidos para várias Câmaras Municipais neste período eleitoral.

No mesmo ano, 1988, Chico Mendes foi assassinado. Acontecimento de intensa repercussão nacional e internacional, o escândalo colocou em pauta os problemas ecológicos do Brasil. Chico Mendes, assim como Wilson Pinheiro, era um dos líderes do movimento dos

seringueiros, que lutava contra a devastação da Floresta Amazônica pelas moto-serras, tratores e pelos incêndios.

Desde a década de 1970, o regime militar estimulou a “colonização da Amazônia”, quando, através de incentivos fiscais, permitiu a devastação da floresta para grandes pastagens, instigando o “desenvolvimento” da região. Com isso, os povos da floresta, índios, seringueiros e castanheiros, tiveram a própria sobrevivência comprometida.

Chico Mendes organizava os seringueiros numa resistência pacífica, em que muitas vezes estes se interpunham no caminho dos tratores e das moto-serras, chegando a enfrentar a violência da polícia e dos jagunços contratados pelos latifundiários. José Lutzenberger, em suas viagens à Amazônia, conheceu o trabalho de Chico Mendes, e percebeu a importância que tinha para a preservação da floresta. O Ecologista gaúcho, que havia criado a Fundação Gaia, destinou ao líder seringueiro uma verba de US\$ 500,00 (quinhentos dólares) mensais, conseguida na Europa. (BONNES; HASSE. Op. cit, p. 41).

A morte de Chico Mendes influenciou a escolha do Brasil para sediar a Conferência das Nações Unidas, a ECO-92, no Rio de Janeiro, e trouxe a questão ecológica para os meios de comunicação, visível, portanto, para a massa da população. Essa tendência se reforçou ainda mais com a realização da Conferência em 1992, que foi muito noticiada.

Porém, apesar da grande quantidade de informação, o efeito não foi suficiente para conscientizar as pessoas da situação ambiental. Mesmo com um fórum internacional para debater as questões ecológicas, com os avanços conseguidos através dele, e com a entrada de diversas organizações não governamentais (ONGs) no campo ambientalista, na prática, as lutas do dia-a-dia não foram reforçadas, muito pelo contrário, os problemas se agravaram, como é o caso da Amazônia.

O que se coloca é uma questão política muito forte, por trás do debate ecológico. A perspectiva ambiental é muito mais profunda, pois além do protesto que marcou a fase inicial do movimento, preocupa-se com a mentalidade capitalista selvagem, que prioriza o lucro, desconsiderando os danos ambientais de seus atos. Requer um trabalho que envolve a participação da sociedade, dos parlamentos, das empresas, de conscientização de que o planeta e os recursos naturais não são infinitos. E de que as conseqüências de todo o abuso já estão sendo visíveis no presente, na atualidade, pressionando reflexões sobre quais os futuros possíveis...

O movimento ambientalista gaúcho

Henrique Luís Roessler, considerado por Augusto Carneiro “o primeiro ecologista do Brasil”⁴, já em 1939 tinha muitas preocupações com o ambiente. Através de panfletos que distribuía em São Leopoldo, buscava conscientizar a população local da importância da conservação da natureza.

Em um edital intitulado “Campanha de Proteção à Natureza”, Roessler, no cargo de Delegado Florestal, chamou “a atenção dos interessados para o rigoroso e exato cumprimento” de algumas exigências legais, como, por exemplo, o compromisso de reflorestamento, a preservação das reservas florestais, o comércio de produtos florestais, a erosão das terras, a regulamentação da caça e da pesca, entre outras. No fim do edital, consta: “A lei não permite excusas de ignorância”. E abaixo: “O homem destruidor da natureza é mau elemento, demonstra crueldade de espírito, coopera para o empobrecimento próprio e desperdiça a riqueza de sua pátria”.⁵

Embora as justificativas do autor sejam prerrogativas morais, e até mesmo cívicas, com um tom de nacionalismo, o seu trabalho foi pioneiro, porque abrangeu a natureza numa esfera geral, global. Havia, na época (décadas de 1930-1940), pessoas que defendiam a fauna e a flora, mas ainda não tinham a visão da natureza como um todo e de todos os desdobramentos da questão ambiental.

Roessler, para Augusto Carneiro, era um globalista. “Ele provou que era globalista pelo ato de perseguir os industriais e pelo ato de escrever artigos sobre o problema geral da indústria e da poluição”.⁶ O Delegado Florestal foi precursor, ao compreender a complexidade dos mecanismos poluentes, e em lutar contra os empresários da região, principalmente os donos de curtumes, inclusive chegando a multá-los, devido ao forte cheiro que exalavam em São Leopoldo e até mesmo nos municípios vizinhos.

Entretanto, em 1955, perdeu a credencial de fiscal do meio ambiente, em virtude do Estatuto do Funcionário Público Federal, que veda serviços públicos gratuitos. No mesmo ano, fundou a União Protetora da Natureza – UPN, a primeira entidade ambientalista do Rio Grande do Sul, através da qual continuou o trabalho de proteção da natureza. Através da UPN, emitia panfletos para conscientizar a população sobre as questões ambientais. Em 1957, Roessler começou a escrever semanalmente no *Correio Rural*, suplemento do jornal *Correio do Povo*. Publicou ao todo 301 crônicas, sempre sobre a temática ambiental. Analisava os problemas ecológicos, criticava os desperdícios, denunciava a má administração e o desleixo

⁴ ENTREVISTA. Op. cit.

⁵ SERVIÇO FLORESTAL. Edital: Campanha de Proteção à Natureza. Por Henrique Luiz Roessler – Delegado Florestal. Documento do Arquivo pessoal de Augusto Carneiro.

⁶ ENTREVISTA. Op. cit.

das autoridades para com as áreas naturais. Em 1986, a AGAPAN promoveu a publicação do livro *O Rio Grande do Sul e a ecologia*, contendo 96 dessas crônicas, em homenagem a Roessler, que foram agrupadas de acordo com as questões tratadas pelo autor: Problemática Florestal; Conscientização Ecológica; Caçadores e Passarinheiros; Nossos Rios e a Poluição; Peixes e Pescadores; Os Animais; e o último capítulo chamado Progresso? Esses artigos no Correio do Povo fizeram com que ele se tornasse conhecido e seu trabalho fosse referência para os fundadores da AGAPAN, em 1971.

O Padre Balduino Rambo, “filho da Companhia de Jesus”, escreveu um livro, publicado em 1942, pretendendo descrever o Rio Grande do Sul “tal qual é”, atendendo a três aspectos: científico, didático e o aspecto estético, ou seja, a beleza natural das paisagens. O último capítulo do *A Fisionomia do Rio Grande do Sul* intitula-se Proteção à Natureza, onde Rambo concebe que a proteção à natureza está à serviço das ciências naturais, antropogeográficas e históricas; baseia-se sobre um princípio de ética natural; e é aliada de valor da higiene e pedagogia sociais, ajudando na educação nacional.(RAMBO, 1942, p. 432).

A preocupação do Padre com a natureza do Estado é grande: “O mato riograndense está em grave perigo! E não são apenas as derrubadas da agricultura, é também a indústria madeireira, que, mais tempo menos tempo, despojará as selvas uruguaias de seus gigantes mais expressivos, e acabará por transformar os soberbos pinhais em tristes fachinais” (p. 437).

Assim como Roessler, Rambo foi precursor na defesa natural, denunciando em seu livro a situação da fauna e da flora no Rio Grande do Sul. Seu trabalho não pode ser considerado científico, possui trechos de caráter literário, até mesmo poético, entretanto sua paixão pessoal pelo ambiente o levou a produzir um belo estudo sobre a paisagem natural. Ele percorreu os quatro cantos do Estado em um avião monomotor, de onde tirou fotos e coletou dados para sua pesquisa, iniciativa inédita na época, que certamente contribuiu para a Botânica e Geologia locais. Como Rambo mesmo menciona, seu livro “é antes uma tentativa, ditada pelo amor ao pátrio torrão, de delinear os fundamentos físicos da nascente cultura riograndense” (Prólogo).

As reivindicações iniciais da AGAPAN

Por ocasião da fundação da AGAPAN, em 27 de abril de 1971, foi editado um Programa de Luta⁷, no qual consta que a entidade defenderá “a natureza ameaçada”, nas formas de fauna, vegetação, solo, atmosfera, águas, e luta pela salvação da humanidade da destruição, pela promoção da ecologia como ciência da sobrevivência.

Além disso, a AGAPAN promoveria o “combate” ao massacre de animais e à caça indiscriminada, às devastações das vegetações e às queimadas, ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e à toda erosão provocada ou facilitada, à poluição do ar causada pelas indústrias e veículos, à poluição dos cursos d’água pelos resíduos industriais e esgotos não tratados, do uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas, herbicidas, raios ionizantes, sem a devida proteção às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas. Pregava também a luta por uma nova moral ecológica.

Estas foram as primeiras bandeiras levantadas pelo Movimento. Pela atuação e lutas que os membros da AGAPAN promoveram ao longo de suas atividades, nota-se que as reivindicações foram ampliadas e desmembradas em muitas outras. Neste primeiro momento, nota-se a grande influência do Engenheiro Agrônomo José Lutzenberger, o primeiro presidente da entidade. O conceito de Ecologia que aparece na letra “F” da primeira parte do documento está presente no *Manifesto Ecológico Brasileiro - Fim do Futuro?* (LUTZENBERGER, 1980). Neste livro, ele defende que a natureza é uma sinfonia, feita de várias partes que se inter-relacionam, interdependem-se e se complementam, compondo um todo orquestrado. As diversas espécies não poderiam viver isoladas, “todas são peças de uma grande unidade funcional. A Natureza não é um aglomerado arbitrário de fatos isolados, arbitrariamente alteráveis ou dispensáveis. *Tudo está relacionado com tudo*” (LUTZENBERGER, 1980, p. 11).

O Agrônomo indica que os recursos do planeta Terra são limitados, e, numa perspectiva funcionalista, propõe a preservação de todas as espécies sem exceção, pois entende a Ecosfera como uma *unidade funcional* em que cada peça (espécie) tem sua função específica, complementar de todas as demais. Em vista disso, para Lutzenberger, “a Ecologia, como Sinfonia da Vida é a ciência da sobrevivência” (p. 12).

Ainda no Manifesto, de tom catastrofista, o autor explora várias questões presentes no Programa de Luta. Sobre o uso de inseticidas, agrotóxicos, lembra da Guerra do Vietnã, do uso dos desfolhantes, herbicidas jogados pelos aviões norte-americanos para dificultar a formação de esconderijos pelos guerrilheiros nativos, que destruíram grandes extensões da

⁷ AGAPAN. *Programa de Luta*. Porto Alegre, 27 de abril de 1971. Panfleto de divulgação da fundação da entidade. Arquivo pessoal de Augusto César Cunha Carneiro.

floresta vietnamita, transformando-as em pastos ecologicamente insustentáveis. Lutzenberger cita o estrago dos pesticidas nas lavouras, nos cursos d'água, por onde escoam o veneno, ou a aplicação deste diretamente nas plantações, por exemplo, “no arroz, para ‘controlar’ aguapés em canais e lagos”.⁸

A questão da destruição vegetal também é abordada por Lutzenberger; o caso da Amazônia é destacado por ele. Além da derrubada de milhares de hectares de floresta por incêndios gigantescos, o uso do trator e principalmente da moto-serras são muito eficientes na devastação de árvores centenárias e dos animais, que perdem o seu habitat natural. O comércio interno e de exportação de espécies raras de flora e fauna é outro grave problema, pois muitas delas são endêmicas – formas de vida que ocorrem em um determinado lugar e em nenhum outro do planeta, porque exigem um habitat com condições muito especiais – extremamente vulneráveis, portanto. Corre-se o risco de extingui-las antes mesmo de conhecer suas características, propriedades terapêuticas, inclusive, no caso de plantas medicinais amazônicas.

Outros temas relatados pelo Agrônomo são a caça ilegal, e mesmo a legal, que se fazia com regras absurdas; o reflorestamento, que, com incentivo fiscal, tornou-se, na verdade, incentivo para a derrubada das matas nativas, em troca do plantio de pinus ou eucalipto, impossibilitando a recuperação do ambiente natural; a destruição de monumentos arquitetônicos e do patrimônio histórico, para a construção de vias expressas, viadutos e túneis; a radiação ionizante, proveniente do uso da energia atômica, que afeta e altera o código genético, podendo causar câncer e mutações. A moral ecológica é abordada por Lutzenberger num artigo no *Correio do Povo*, em 1971, *Por uma ética ecológica*. Este texto foi lido no lançamento da AGAPAN, segundo depoimento de Augusto Carneiro. É um alerta para a situação em que a natureza se encontrava, sobre os danos irreparáveis da destruição de comunidades ecológicas que levaram milhões de anos para evoluir, e que o ser humano estava legando à extinção. É também um trabalho de conscientização sobre a apologia do progresso:

⁸ Sobre a utilização de agrotóxicos na agricultura, o livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962, é obra de referência. Foi pioneira em detalhar os efeitos adversos da utilização de pesticidas e inseticidas químicos sintéticos, iniciando o debate acerca das implicações da atividade humana sobre o ambiente e o custo ambiental dessa contaminação para a humanidade. Carson mostrou como o DDT penetrava na cadeia alimentar e acumulava-se nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive do homem, com o risco de causar câncer e danos genéticos. O livro causou muita polêmica, pois além de expor os perigos do DDT, questionava a confiança cega da humanidade no progresso tecnológico. Ao abordar a temática ambiental verificando a causa maior do problema, a obra de Rachel Carson contribuiu para o início do Movimento Ambientalista em âmbito mundial, sendo inspiradora também para os ambientalistas gaúchos.

Nossa vida urbanizada, dominada por uma tecnologia artificial, nos está alienando quase por completo do mundo natural. Nós imaginamos que podemos viver totalmente isolados da natureza, que sobreviveremos num mundo só de humanos e máquinas, com meia dúzia, talvez, de animais e plantas domésticas. Temos uma fé inabalável no que costumamos chamar de progresso. Uma fé em que progresso significa crescimento eterno. (LUTZENBERGER, 1971, p. 22)

Para Augusto Carneiro, a reivindicação inicial eram as árvores. Nos depoimentos que concedeu para esta pesquisa, enfatizou sua preocupação: “A nossa reivindicação inicial eram as árvores. A primeira, e até hoje. Não há jeito de nós vencermos, isto é, acabarmos com as podas”.⁹ De fato, em 1972 o jornal Folha da Tarde publicava que “menos de um ano após ter sido fundada, a Associação Gaúcha ao Ambiente Natural – AGAPAN – considerava-se parcialmente vitoriosa na campanha contra a poda de árvores da cidade”.¹⁰

Em seu livro *A História do Ambientalismo*, Carneiro (2003) enumera 14 reivindicações principais, que ele também comenta nas entrevistas. Aqui serão explicitadas nove delas, consideradas as mais importantes para esta pesquisa.

Caça, fauna, florestas: Segundo Carneiro, “a AGAPAN surgiu dum debate sobre caça. A fauna em geral, nós pensávamos na fauna desde o Amazonas até o Uruguai, por que a gente conhece por causa de uns caçadores conhecidos nossos”.¹¹ Houve o combate ao reflorestamento promovido pelo governo,

com incentivos fiscais o reflorestamento de pinus elioti, eram incentivos fiscais. Os replantadores recebiam prêmios de várias espécies, tá, o governo proibia. Nós conseguimos convencer o governo indiretamente, ao foi uma campanha direta contra o reflorestamento. Uma campanha contra esse tipo de reflorestamento, que pegou, pegou e o governo retirou os incentivos, porque esse reflorestamento era feito à custa da floresta. Eles destruíam a floresta pra plantar eucalipto, só pra ganhar o incentivo. Era uma baita vigarice ditatorial; ganhavam incentivo, tá? Bueno, era sempre a custa das florestas nativas.¹²

A questão filosófica: Carneiro lembra a conferência inicial de Lutzenberger, já citada acima, *Por uma ética ecológica*, como marco do debate em âmbito filosófico. Nela, o Agrônomo defende a metáfora de que a humanidade é como uma nave espacial, perdida na imensidão do espaço, e que o planeta Terra é como uma jóia rara, pois não há outro igual no sistema solar ao qual pertence. Ele compara o cuidado do astronauta com sua cápsula espacial, e o cuidado dos humanos com o planeta que habitam. É necessário recordar que a época em

⁹ ENTREVISTA. Op. Cit.

¹⁰ AGAPAN acha que sua campanha contra poda foi vitoriosa IN: *Folha da Tarde*, 4 de fevereiro de 1972.

¹¹ ENTREVISTA. Op. Cit.

¹² ENTREVISTA. Op. cit.

que o artigo foi escrito, 1971, logo após a viagem do homem à Lua, em 1969, e o tema estava em voga, inclusive havia muita empolgação com a “conquista do espaço”.

Para Lutzenberger, o homem deveria tentar chegar a sistemas de equilíbrio dinâmico, nas questões econômicas, tecnológicas e políticas, o que impediria o crescimento ilimitado do consumo e o esbanjamento dos recursos naturais. A moderação levaria a humanidade a gastar somente o que pudesse ser repostado. Mais uma vez utilizando metáforas, numa analogia econômica, ele decreta: “temos que aprender a viver dos juros de nosso capital, não podemos comer o capital. Se roermos a substância, acabaremos com nosso próprio futuro e tornaremos impossível a vida de nossos descendentes”.¹³

Em outro artigo, publicado no jornal Zero Hora, Lutzenberger retoma a questão do desenvolvimentismo, do consumo desenfreado, que era a sua grande preocupação, presente em todos os textos estudados para esta pesquisa. O agrônomo propõe uma redefinição da palavra progresso, “não somente como aumento constante do fluxo de materiais e dinheiro, mas progresso como aumento da soma da felicidade humana e manutenção da integridade, harmonia e sustentabilidade do grande Caudal da Vida neste astro. Daí decorrerão novos e fundamentalmente diferentes modelos de desenvolvimento”.¹⁴ A busca do equilíbrio era constante para Lutzenberger.

A campanha contra a poda das árvores: Para Carneiro, foi questão ecológica e política, pois houve enfrentamento com a autoridade municipal;

a campanha contra a poda das árvores pode não ter feição alguma política, mas dado que nós enfrentávamos um político imbecil mesmo, um burro, como o prefeito de Porto Alegre, então ela pegou uma feição bem política. Lógico que no detalhe quando a gente discutia: ‘ah, esse galho, aquele galho’, aí sim não tinha feição política. Mas quando nós falávamos contra a poda das árvores em geral era uma questão política, tá? Ahn... e nós não iríamos atacar, por ser uma questão política, outra autoridade que não o idiota do prefeito.¹⁵

Em 1971, o prefeito de Porto Alegre era Telmo Thompson Flores, e, de fato, para a construção do Viaduto Imperatriz Leopoldina, na Avenida João Pessoa, mandou derrubar inúmeras árvores, inclusive houve um episódio amplamente noticiado pela imprensa local e até mesmo nacional, do jovem Carlos Alberto Dayrell, estudante de Engenharia Elétrica, que

¹³ LUTZENBERGER, José A. *Por uma ética ecológica*. Manuscrito impresso pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul – Departamento de Assuntos Culturais, p. 2.. Centro de documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PPR).

¹⁴ Em defesa do Ambiente. IN: *Zero Hora*, 29 de outubro de 1978. Recorte de jornal obtido nos documentos de Lucilla Dotti, CD-AIB/PPR.

¹⁵ ENTREVISTA. Op. Cit.

subiu numa árvore, para impedir que fosse cortada, na frente da Faculdade de Direito da UFRGS.¹⁶ Também para a construção da Segunda Perimetral, avenida que interligaria vários bairros de Porto Alegre, o mesmo Prefeito pretendia derrubar trinta árvores na Avenida Goethe¹⁷, porém a campanha contra foi forte, até mesmo crianças colaram cartazes nas árvores, pedindo que fossem salvas, e “elas estão lá até hoje”¹⁸, conta Carneiro.

Áreas naturais: Exemplos de áreas naturais defendidas pela AGAPAN foram as ilhas do Delta do Rio Jacuí, a primeira segundo Carneiro; o Parque do Turvo; o Parque Saint Hilaire; a faixa de lagoas entre Rio Grande e Torres – Lagoa do Peixe, em especial; o Parque da Guarita, em Torres. Este último foi implantado por José Lutzenberger e administrado por ele de 1973 a 1978. Em 1996, foi cedido pelo governo do Estado para a Prefeitura Municipal de Torres. O Agrônomo o considerava

um cartão de visita do Estado em sua entrada norte junto a costa (...) Muitas da espécies que ali existem, existem ali e em nenhum outro lugar do mundo. Por isso se concebeu ali um parque estético-ecológico, um parque concebido em cima da natureza existente com o sentido de refazê-la onde já estava devastada e acrescentar, sempre dentro de um diálogo direto com a natureza, sem plano inicial, concebendo o parque a medida que ele ia crescendo.¹⁹

Para Augusto Carneiro, as áreas naturais são importantes espaços de perpetuação das espécies:

o parque não vale pela beleza nem pelo verde, nem nada. É o futuro. O parque é sinônimo de futuro. (...) As reservas biológicas e os parques são reservas para o futuro. É o futuro, é o sinônimo de futuro, porque nós vamos perder tudo, menos aquilo, e nós não podemos ceder nenhuma, nenhuma, porque elas representam as aves, e os poucos animais que poderiam sobreviver ali.²⁰

Agrotóxicos: O tema foi levantado por Lutzenberger através de palestras e denúncias. Carneiro cita duas conferências do Agrônomo proferidas na sede da AGAPAN, na Escola de Agronomia da UFRGS e na Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, com os títulos

¹⁶ Derrubada de árvores. IN: *Folha da Tarde*, 25 de fevereiro de 1975, p. 21. A árvore salva. IN: *Revista Veja*, 05 de março de 1975, p. 38.

¹⁷ Obras da Perimetral vão derrubar as árvores da Goethe. IN: *Folha da Manhã*, 06 de março de 1975, p. 5.

¹⁸ ENTREVISTA. Op. cit.

¹⁹ Estado entrega Parque de Torres à Prefeitura. IN: *Jornal Agir Azul*, nº 12, Outubro a Novembro de 1996, p. 17.

²⁰ ENTREVISTA. Op. cit.

“A Insensatez da Agroquímica” e “Contaminação Insidiosa”.²¹ No Fim do Futuro, também Lutzenberger critica o uso dos “defensivos”, apontando que

os problemas não decorrem só do mau uso, o próprio ‘uso correto’ constitui arma indiscriminada. O agricultor, que pretende ver-se livre de um determinado inseto em sua lavoura, aplica uniformemente em toda ela um veneno fulminante ou persistente. Ele consegue assim matar o organismo que quer combater, mas não se interessa pelos demais organismos que também mata, entre eles seus maiores aliados. Além da lagarta, o inseticida mata a perdiz, o tico-tico, a curruíra, o sabiá, os sapos e pererecas e todos os insetos predadores, mata a vida do solo e envenena os cursos d’água. (LUTZENBERGER, 1980, p. 24-25).

Se as afirmações do Ecologista hoje fazem parte do senso comum, na época eram desconhecidas da maioria da população. Na década de 50, no Brasil, em substituição do DDT, foram introduzidos inseticidas fosforados, acompanhados de um método cruel, devido à ignorância sobre o tema. Para misturar o DDT, em pó solúvel, com a água, os agricultores foram ensinados a usar o braço, com a mão aberta girando meia volta em um e outro sentido, dentro do recipiente que continha o veneno. O DDT tem uma dose letal alta, é necessária uma grande absorção do produto para provocar a morte, e levava em média 15 anos para os problemas de saúde aparecerem. Entretanto, ao servir-se da mesma técnica na mistura do Parathion, primeiro fosforado utilizado no Brasil, o agricultor caía morto, fulminado.²²

Transamazônica: Em janeiro de 1972 houve um manifesto sobre o assunto publicado no Correio do Povo, em que a AGAPAN demonstrava preocupação com a construção da estrada, e, em dezembro do mesmo ano outro artigo defendia a Amazônia. Segundo Carneiro, a Transamazônica foi

uma obra da ditadura. Essa estrada foi iniciada e parou no meio do caminho. Uma pequena parte asfaltada e o resto abandonado. Ela trouxe para a Amazônia muita destruição, muita ocupação. Nós tivemos agora um exemplo dessa ocupação da Amazônia com o noticiário sobre a seca do Rio Amazonas, eles mencionaram o seguinte: que essa seca, desse século passado, é a segunda conhecida. Há uns vinte, trinta anos atrás, e que a grande diferença seria a ocupação humana. A Transamazônica é uma desconsideração com a mata, uma destruição pavorosa. Os incêndios são propositais. Todos, não há incêndio acidental. Poucas pessoas conhecem bem os incêndios, e elas garantem que os incêndios são propositais em toda parte. Não são acidentais nem naturais.²³

²¹ CARNEIRO. Op. cit, p. 86.

²² *A primavera silenciosa*. Um dos livros que marcaram o século XX. Disponível na Internet em www.geocities.com. Consulta em 24/09/2005.

²³ ENTREVISTA. Op. Cit.

Problemas urbanos e defesa de praças e árvores: Segundo Carneiro, as lutas foram contra a edificação de viadutos e vias asfaltadas, na década de 1970. Parte do “programa” ditatorial de “progresso”, obras tidas como desenvolvimentistas também tiveram seu lugar em Porto Alegre. Como foi citado anteriormente, houve atritos com o prefeito Thompson Flores, que mandou derrubar todas as árvores que atrapalhassem suas construções.

Borregaard: A Borregaard foi uma empresa de processamento de celulose, para posterior fabrico de papel. Instalou-se no município de Guaíba, às margens do Lago de mesmo nome, e começou a operar em 16 de março de 1972. Foi um dos grandes projetos do período no Estado, que não teve preocupação com o ambiente. De sua chaminé, exalava “um ‘perfume’ que inunda a cidade (Porto Alegre) vindo de Guaíba (...) o mau cheiro da Borregaard e toda a poluição oriunda das indústrias é responsável por 20% da poluição do ar numa área urbana”.²⁴

O artigo de Fernando Sampaio pretende esclarecer, entretanto, que o problema vai muito além do cheiro:

Muitos estão preocupados com a poluição exclusivamente por causa da Borregaard e de seu mau cheiro. Nós achamos que a Borregaard, de certa forma, nos veio ajudar. Antes dela, poluição, ecologia, equilíbrio natural e proteção e reconstituição da natureza eram frases que ecoavam no vazio. Não tinham sentido para a maioria. Quase ninguém se dava conta do perigo. Apenas uns poucos estavam conscientes disto. Agora, ao se tratar do tema poluição, a atenção é muito maior. Não só aqui. O problema é mundial.²⁵

Foi articulada uma grande campanha contra a Borregaard, que reuniu técnicos do governo, ativistas ambientais, entidades profissionais, imprensa e políticos. Até mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi aberta, na Assembléia Estadual, onde a Associação Médica do Rio Grande do Sul apresentou um relatório sobre casos de problemas de saúde oriundos da poluição provocada pela Borregaard: dores de cabeça, irritação dos olhos, náuseas, vômitos, etc. (BONNES; HASSE, 2002, p. 30).

Em virtude da polêmica, a Borregaard foi fechada em dezembro de 1973, pelo secretário da saúde, Jair Soares. Reabriu em março de 1974, comprometendo-se a reduzir seus índices de poluição. Porém foi novamente fechada em novembro do mesmo ano, tendo que investir US\$ 3,5 milhões de dólares em equipamentos para voltar a operar. Além das questões ambientais, o relatório de CPI abrangeu as negociações político-financeiras para a

²⁴ SAMPAIO, Fernando. Borregaard. A poluição industrial e a destruição ecológica. IN: *Correio do Povo*, 25 de abril de 1973.

²⁵ Ibidem.

implantação da indústria em parceria com um grupo norueguês. Após as investigações, finalmente os noruegueses abandonaram o negócio, ficando o controle acionário (51%) nas mãos do Montepio da Família Militar (MFM), o que possibilitou a nacionalização da empresa, pois 44% já correspondiam ao dinheiro injetado pelo BNDES no projeto. (BONNES, HASSE, 2002, p. 30).

O nome da indústria passou a ser Celulose Riograndense Ltda. (Riocell). A postura em relação ao meio ambiente também mudou. Carneiro lembra que “o Lutzenberger, no fim, não ficou contra a nova empresa, que não era a Borregaard, e sim Riocell”.²⁶

Carneiro conta também que Lutzenberger ficou responsável, durante um tempo, por um terreno ao lado da Riocell, para organizar ali um parque natural:

Mas acontece que naqueles tempos o Lutzenberger foi passar um dia lá, prá...eles ofereceram, tanto pro Lutzenberger, quanto pra outros membros da AGAPAN, e olhando aquele espaço de 1 km de frente por até cem metros de largura, frente ao Rio, o Lutzenberger viu alguém plantando mais eucalipto em linha reta, e tando acompanhado de um dos diretores, eu não me lembro o nome, bom seria se eu soubesse o nome... Esse diretor foi amigo do Lutzenberger, ele gostava do papo do Lutzenberger, e o Lutzenberger disse a ele na hora: ‘olha, isso tá tudo errado, plantar em linha reta, eucaliptos, isso aqui é um espaço que dá pra fazer um parque’, e seria o parque mais bonito da vida do Lutzenberger, não fosse abandonado, entregue pra uma empresa de limpeza pública. Ela faz tudo errado, mas mesmo assim mantém o parque, porque o parque reage sozinho, as árvores crescem, né, eu não tenho ido lá. (...) É do lado da Riocell. E então o Lutzenberger aconselha o cidadão lá, esse homem até no enterro dele foi, já não era mais diretor da Riocell, também foi num aniversário do Lutzenberger, que eu estava. Era um homem bom, e defendeu o Lutzenberger, porque os engenheiros da Riocell ficaram horrorizados com a demora que o Lutzenberger fazia, não botava aterro; o parque tem várias depressões com água, e os engenheiros idealizaram que o Lutzenberger é burro, porque o certo era pegar um trator e tapar tudo, tá, com os pontinhos de caliça das obras. Pois o Lutzenberger manteve os montinhos de caliça, não tapou buraco nenhum, e os montinhos de caliça ele passou terra em cima, plantou, ficou um encanto, fez verdadeiras maravilhas. Tudo lá ele fez coisa bonita, demorou, os engenheiros falavam dele que não era brinquedo, porque ele não passava um trator e terminava com aquilo num dia, e ele trabalhou com enxada e tudo, fez uma grande obra, depois perdeu. Eu tenho vontade de voltar lá pra falar com os diretores pra recuperar aquilo, mas primeiro eu quero ir lá na casa do Lutzenberger antiga.²⁷

Além dos serviços no parque, Lutzenberger também foi contratado para fazer o aproveitamento do lixo industrial da Riocell. (BONNES; HASSE, 2002, p. 40-41). Augusto Carneiro relata como foi interessante a maneira que Lutzenberger inventou de transformar os detritos que a Riocell jogava no Lago Guaíba em adubo:

²⁶ ENTREVISTA. Op. cit.

²⁷ ENTREVISTA. Op. cit.

Bom, o Lutzenberger inicia o combate à própria Borregaard, depois na Riocell ele reconheceu que o trabalho contra a poluição é bastante intenso, e aí tem um único exemplo que eu vou dar, não vou fazer uma análise grande: no início da Borregaard eles pegaram um avião, o Lutzenberger e o Ossanai, diretor da FEPAM, daquela época, e viram que saía da frente da Borregaard, uma mancha preta. Pelo tamanho dessa mancha, não da mancha, tamanho métrico cúbico, do volume dos afluentes, do que estavam sendo jogados no Guaíba, teria aterrado o Guaíba, porque são 50 caminhões por dia, que hoje são transformadas em adubo. Bueno, no início o Lutzenberger levava esse troço na casa dele e fazia experiências no quintal. Sempre deu certo, sempre. Nunca aquilo continha efluentes perniciosos, e no fim ele transformou num aproveitamento total daquela matéria que era jogado no Rio. Hoje a FEPAM também proibiu a Riocell de jogar no Rio, mas acontecia de ir ocupando lugares sem parar, contaminando, estragando tudo, então ele inventou uma maneira de aproveitamento, de vender como adubo...E foi dali que ele começou a tirar uma renda estável, não excepcional, e a filha dele é a diretora da fábrica hoje. Ele ali começou a ganhar um dinheirinho, e o ajudante-mor dele lá era eu, durante um ano.²⁸

Lutzenberger foi criticado por estar prestando serviços a Riocell, porém ele mesmo se defendeu:

Numa entrevista à revista Guia rural, em 1989, ele explicou: ‘Dizem que eu me vendi à Riocell. Na verdade, eu tive de tirar o chapéu para eles. Mas não era para tirar? Se tu brigas dez, doze anos com alguém, dizendo que ele deve fazer isso e aquilo, e ele faz, qual a tua atitude? Ora, tu vais lá e te abraças a ele, não é mesmo?’ (BONNES; HASSE, 2002, p. 40).

A operação Hermenegildo: um movimento organizado pela AGAPAN e ADFG em conjunto com outras entidades, para chamar a atenção da sociedade gaúcha para a mortandade de peixes e animais na Praia do Hermenegildo, em 1978, no litoral do Rio Grande do Sul. Em clima de mistério, o governo declarou que o motivo para as mortes era a Maré Vermelha, um fenômeno ecológico. Os ambientalistas não aceitaram a explicação, pois estavam convictos de que o que causara o desastre teria sido o naufrágio de um navio, contendo carga química altamente perigosa, inclusive mercúrio. A campanha promovida pelos ambientalistas não conseguiu provar sua hipótese, tampouco a do governo do Estado foi plenamente aceita. Apesar de não ter sido uma operação mal-sucedida, não conseguiu impor a sua versão do real motivo pelo qual teria ocorrido o desastre ecológico.

A energia atômica: A AGAPAN redigiu um manifesto contra as experiências nucleares francesas, em 30 de agosto de 1973, por intermédio de Celso Marques, sem a

²⁸ ENTREVISTA. Op. it.

participação de José Lutzenberger. (CARNEIRO, 2003, p. 89). O documento foi entregue ao consulado Francês e publicado no *Estado de São Paulo*.²⁹

José Lutzenberger fez uma conferência sobre o tema, aberta ao público, em 20 de julho de 1975, intitulada *Os Custos Ambientais do Uso Pacífico da Energia Atômica*, na qual analisou a questão do uso da energia atômica tanto para fins de guerra, quanto para fins pacíficos. Isso foi uma novidade, mesmo para os membros da AGAPAN, pois era senso comum que a energia nuclear era prejudicial na forma de bombas, como arma de destruição em massa. Lutzenberger é um dos pioneiros no Brasil a tratar a energia nuclear para fins pacíficos como também perigosa e causadora de graves problemas:

A proliferação atômica, tanto em sua fase guerreira como na fase dita pacífica, ambas complementando-se perfeitamente, constitui o maior perigo que o Homem e a Natureza já enfrentaram. Incidindo sobre o mecanismo hereditário dos seres vivos, a radiação ionizante afeta e altera o código genético. (...) Os estragos, deformações ou deficiências hereditárias podem aparecer até muitas gerações e milhares de anos depois. Assim, quando contaminamos o ambiente com radiações ionizantes, prejudicamos não somente os que hoje vivem, mas condenamos também gerações futuras que nada têm a ver com nossas motivações atuais. (LUTZENBERGER, 1980, p. 40-41).

O tom catastrófico do Manifesto era compartilhado com outros escritos, por exemplo, os livros de Rachel Carson e de Jean Dorst. Entretanto, Lutzenberger e outros ecologistas buscavam alertar as pessoas de que a questão ambiental é muito mais profunda do que parece. Tanto a energia nuclear, quanto os agrotóxicos, a derrubada das árvores o reflorestamento, a poluição, enfim, toda a agressão ambiental deveria ser compreendida como reflexo da sociedade consumista contemporânea. Os ambientalistas, com seus discursos alarmantes queriam promover uma nova moral, a ecológica, uma nova forma de educar a população para o não-consumismo, para a conscientização de que o progresso puro e simples, sem considerar a natureza, levaria ao esgotamento dos recursos naturais e ao fim da própria humanidade.

Considerações finais

O ambientalismo é uma nova forma de movimento social descentralizado, surgido nas décadas de 1960-1970 no Brasil, e no Rio Grande do Sul. Num contexto de regime ditatorial, o movimento ambientalista foi uma voz que permitiu a manifestação pelo amparo à natureza.

A entidade ambientalista gaúcha mais importante foi a AGAPAN, fundada em 1971. Foi a que mais ações liderou, a que congregava o maior número de sócios em seus quadros.

²⁹ *O Estado de São Paulo*, 31 de agosto de 1973.

Além disso, era mencionada nos jornais porto-alegrenses da década de 1970 constantemente.³⁰ Suas reivindicações podem ser consideradas como anseios do movimento, dada a liderança que tinha nas lutas ambientais.

O episódio da árvore, de 1975 é emblemático do início do movimento. É característico dessa primeira fase, em que as ações dos indivíduos eram valorizadas. Não importava se era um estudante, uma dona-de-casa, ou um comerciante, dado o caráter multifacetado do movimento; se pretendia defender a natureza, era considerado ambientalista, e estimado como tal, pelos que compartilhavam seus ideais. Numa época de repressão, de reforço às idéias de “ordem e progresso”, com vistas a cumprir o plano desenvolvimentista do Estado, o ato do estudante pode ser visto como um alerta: era possível construir um viaduto sem derrubar as árvores; a harmonia entre homem e natureza era viável.

A Operação Hermenegildo foi uma das ações mais importantes, organizadas em conjunto por várias entidades ambientalistas. Pelos jornais e documentos analisados, percebe-se que o clima final foi de indignação, pois, para os membros do movimento, o laudo de Maré Vermelha não estava correto. A causa das mortes nas praias gaúchas teria sido o naufrágio do navio Taquari, que transportava uma carga poluente.

Dessa forma, a defesa da árvore feita por Carlos Dayrell pode ser interpretada como um grande sucesso do movimento ambientalista, pois a árvore não foi derrubada – está no mesmo lugar até hoje -, o fato trouxe repercussão para o movimento e chamou a atenção da população para as questões naturais. Sobre o caso de Hermenegildo não se pode inferir o mesmo. Apesar de não ter sido uma operação mal-sucedida, não conseguiu impor a sua versão do real motivo pelo qual teria ocorrido o desastre ecológico.

O movimento pós-década de 1970 mudou de estratégia. As ações, os manifestos vão sendo silenciados, e os ambientalistas passam a agir em torno de partidos, ou fazendo *lobby* junto a autoridades que têm poder para implementar suas reivindicações.

A realização de grandes conferências, como a RIO-92, trouxe popularização ao tema, mas a degradação do ambiente continua crescendo. No entanto, poderia ser bem pior, se não fosse a conscientização provocada pelas ações do movimento ambientalista.

Atualmente, a questão ambiental está presente até mesmo na administração das empresas. A responsabilidade sócio-ambiental se tornou uma meta a ser alcançada pelas corporações; é importante para a própria imagem delas serem reconhecidas por permearem suas ações pela ética e pelo cuidado com o meio-ambiente.

³⁰ Nos jornais pesquisados, há referências à AGAPAN, ou a membros da entidade, quase que diariamente, nos anos iniciais de sua fundação, durante a década de 1970.

Em pleno século XXI, depois de duas guerras mundiais, de tantos conflitos pela terra, por religião, raça, gênero, enfim, a preservação da natureza pode significar a própria sobrevivência da humanidade. O movimento ambientalista, em seus primórdios, principalmente, mostrou que o homem pode resgatar a si mesmo, conservando o planeta; o seu equilíbrio com a natureza depende disso, pois *tudo está relacionado com tudo!*

Neste sentido, o movimento foi uma voz ativa e penetrante, no meio de tanto silêncio sobre o tema. Depois de tantos invernos, em que usar e abusar dos recursos naturais era considerado normal e necessário, pois o homem era o “animal racional”, em nome do progresso, do desenvolvimento e tantas outras armadilhas, floresce o ambientalismo, como a voz da primavera... Uma primavera cujas flores precisam ser regadas constantemente, para não morrerem no verão, propiciando o nascimento de muitos frutos de suas idéias no outono...

Fontes

AGAPAN. *Programa de Luta*. Panfleto de divulgação da fundação da entidade. Arquivo pessoal de Augusto César Cunha Carneiro, Porto Alegre, 27 de abril de 1971.

DOCUMENTOS DE LUCILA DOTTI. Arquivo do Centro de Documentação da Ação Integralista Brasileira.

ENTREVISTA Oral de Augusto Carneiro a Elenita M Pereira. (03 sessões gravadas em fitas cassete e transcritas posteriormente).

FOLHETO de Divulgação da Operação Hermenegildo. Maio de 1978. Arquivo pessoal de Augusto Carneiro.

SERVIÇO FLORESTAL. Edital: Campanha de Proteção à Natureza. Por Henrique Luiz Roessler – Delegado Florestal. Documento do Arquivo pessoal de Augusto Carneiro.

Jornais e revistas

JORNAL CORREIO DO POVO. Diversas datas. 1971-1978.

JORNAL FOLHA DA MANHÃ. Diversas datas durante a década de 1970.

JORNAL FOLHA DA TARDE. Diversas datas durante a década de 1970.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. 31 de agosto de 1973.

JORNAL ZERO HORA. Diversas datas durante a década de 1970.

ZERO HORA. Nº 14.696. 19 de novembro de 2005. Caderno de Cultura, p. 6.

REVISTA VEJA. 05 de março de 1975.

Referências bibliográficas

- ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- BONES, Elmar, HASSE, Geraldo. *Pioneiros da Ecologia: Breve História do Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 2002.
- CARNEIRO, Augusto Cunha. *A História do Ambientalismo*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2003.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2001.
- CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- DORST, Jean. *Antes que a natureza morra*. São Paulo: Edgard Blücher e Editora USP, 1973.
- LUTZENBERGER, José A. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1980.
- MEADOWS, Donella H. et al. *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1973.
- MCCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- RAMBO, Balduino. *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1942.
- ROESSLER, Henrique Luís. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1986.
- SCHERER-WARREN, Ilse. KRISCHKE, Paulo J. *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- UNGER, Nancy Mangabeira (org.). *Fundamentos Filosóficos do Pensamento Ecológico*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- WASSERMAN, Claudia. GUAZELLI, César Augusto (orgs). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.